

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Senhor Hélio Lopes - PL/RJ)

Requer informações à **Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos**, sobre reuniões realizadas com representantes da ONG Pacto Social & Carcerário, investigada por suspeita de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC), e sobre a atuação do Ministério no acompanhamento das denúncias relativas a essa entidade.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que encaminhe o presente requerimento de informação à **Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos**, a fim de prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Confirmar se ocorreram reuniões entre representantes da ONG Pacto Social & Carcerário e membros do **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)**. Em caso afirmativo, fornecer os seguintes detalhes:
 - Datas, locais e formato (presencial ou virtual) das reuniões realizadas;
 - Finalidade e pautas discutidas nesses encontros;
 - Autoridades e servidores do Ministério que participaram;
 - Documentos ou registros oficiais relacionados às reuniões, incluindo atas, convites, comunicações e gravações, caso existam.
2. Informar se foram realizadas verificações prévias quanto ao histórico, atividades e possíveis vínculos da ONG com organizações criminosas, especialmente o PCC, antes da realização dos encontros.



3. Especificar quem custeou as passagens e eventuais despesas de deslocamento dos representantes da ONG para participação nas reuniões.
 - Caso as passagens ou despesas tenham sido financiadas por recursos públicos, detalhar os valores despendidos, as justificativas para o custeio e a fonte de financiamento.
4. Esclarecer qual o papel da ONG Pacto Social & Carcerário em discussões do programa "Pena Justa" e em outras iniciativas vinculadas ao sistema prisional brasileiro.
5. Diante das acusações de que a ONG estaria utilizando sua atuação para fortalecer o PCC por meio de ações judiciais baseadas em denúncias falsas e manifestações manipuladas, informar:
 - Quais providências estão sendo tomadas pelo Ministério para investigar as denúncias;
 - Como o Ministério está trabalhando para garantir que outras organizações civis envolvidas em discussões sobre o sistema carcerário não possuam vínculos com grupos criminosos.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente divulgado em matérias jornalísticas, a ONG Pacto Social & Carcerário é investigada por manter vínculos com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo o *O Globo*, "investigada por manter um elo com o Primeiro Comando da Capital (PCC), a ONG Pacto Social & Carcerário registrou desde 2023 uma série de encontros com integrantes dos ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP), dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)" (*O GLOBO*, 2025).

O *UOL* também informou que "a ONG Pacto Social & Carcerário, ligada ao PCC segundo investigação da Polícia Civil de São Paulo, participou de ao menos três reuniões (uma delas públicas) com dirigentes dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos do governo Lula" (*UOL*, 2025).

Além disso, o *Estadão* destacou que "segundo investigadores, as suspeitas que culminaram na prisão dos membros da ONG tiveram início após uma operação



deflagrada em 2016, quando se descobriu que o PCC havia montado uma célula jurídica para corromper integrantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), a fim de 'plantar' denúncias de violação de direitos humanos no sistema prisional e na execução de políticas de segurança do estado" (*ESTADÃO*, 2025).

Essas informações levantam sérias preocupações sobre a participação da ONG em reuniões com órgãos governamentais e a possível influência de organizações criminosas na formulação de políticas públicas, especialmente no âmbito do sistema prisional brasileiro.

Este requerimento busca garantir transparência nas relações institucionais, investigar possíveis irregularidades e assegurar que medidas sejam adotadas para proteger as instituições públicas de qualquer influência de organizações criminosas.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2025.

Deputado Hélio Lopes
PL/RJ

1. O GLOBO. **ONG suspeita de elo com PCC participou de encontros no CNJ e ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/01/23/ong-suspeita-de-elo-com-pcc-participou-de-encontros-no-cnj-e-ministerios-da-justica-e-dos-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2025.
2. UOL. **ONG ligada ao PCC se reuniu com ministérios**. São Paulo, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/22/ong-ligada-ao-pcc-se-reuniu-com-ministerios.htm>. Acesso em: 28 jan. 2025.
3. ESTADÃO. **ONG suspeita de elo com o PCC auxilia ex-guerrilheiro chileno em processo contra o Brasil**. São Paulo, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ong-suspeita-de-elo-com-o-pcc-auxilia-ex-guerrilheiro-chileno-em-processo-contra-o-brasil/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

